

Judiciário. Aumento de demanda à vista.

Rogério Zuel Gomes. Advogado e Professor Universitário.

No mês de maio passado foram publicadas matérias jornalísticas que demonstravam bem a atual e preocupante situação da oferta de crédito. Na primeira delas, tratava-se do penhor na Caixa Econômica Federal, dando conta que mais de 70% das pessoas que utilizam o penhor, o fazem buscando uma alternativa para fazer frente a empréstimos pessoais. Na segunda, foi noticiado que sobravam mais de R\$ 4 bilhões em “crédito” para financiamento da atividade agrícola, nas agências do Banco do Brasil, já que boa parte dos agricultores estão com problemas de inadimplência em contratos anteriores.

Ambas as situações apontam conseqüências sérias advindas do superendividamento, fenômeno típico da sociedade de consumo cujo modelo lastreia-se na economia de mercado. Basta para tal “diagnóstico” analisar a massiva oferta de crédito ao consumidor e a facilidade com que este acessa contratos de empréstimos substancialmente onerosos, todos com seus “penduricalhos” ilegais. Consumidor, ou não, o endividado brasileiro já incorporou a sua cultura a rolagem de dívidas nos seus orçamentos. As suas receitas vêm sendo significativamente comprometidas, especialmente a partir da “nova fórmula” de acesso fácil ao crédito: o empréstimo consignado.

Não se nega, entretanto, que o acesso responsável ao crédito tem seu lado positivo, permitindo acesso a bens e serviços, satisfazendo necessidades e realizando sonhos de consumo, que não se restringem mais à casa e veículo próprios. Agora também é necessário, em função da ausência de atuação estatal eficaz, ensino em instituições particulares, plano de previdência privada e planos de saúde para toda a família. Mas nestes “novos” contratos, todos firmados por adesão, não há negociação de cláusulas, o que dá azo a toda sorte de abusividades. O perfil das necessidades básicas de consumo se alterou e, com esta mudança, aumentaram as dificuldades no controle de receitas normalmente decorrentes de uma só fonte (salário), porquanto o orçamento passa a contemplar faturas de cartões de crédito, cartões de débito, cartões de lojas de departamento, somente para enunciarmos as mais comuns.

Dados recentes do Banco Central comprovam que o volume de empréstimos concedidos pelos Bancos atinge o equivalente a 32% do PIB, o mais elevado desde 1995. Com relação ao consumidor pessoa-física, o destaque vai para o contrato de *leasing* de automóveis equivalente a 33% do volume de dinheiro emprestado.

A bomba-relógio está armada. Tomara que o Judiciário esteja preparado para o aumento de demanda e leve em conta a responsabilidade das instituições que ofertam crédito plenamente cientes do comprometimento da capacidade de pagamento dos consumidores.